



Periferia

ISSN: 1984-9540

periferiauerj@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Brasil

Alves da Silva, Jeusamir
DA HISTÓRIA NEGADA A LUTA POR UMA VISIBILIDADE IGUALADA
Periferia, vol. 10, núm. 1, 2018, Enero-Junio, pp. 202-212
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Duque de Caxias, Brasil

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552157593012>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

DA HISTÓRIA NEGADA A LUTA POR UMA VISIBILIDADE IGUALADA

FROM HISTORY DENIED TO FIGHT FOR EQUAL VISIBILITY

Jeusamir Alves da Silva¹

Resumo: O principal objetivo deste trabalho é, através do Candomblé Banto, identificar, catalogar e inventariar o patrimônio cultural afro banto brasileiro de forma possível a estabelecer o diálogo voltado para a difusão e a preservação dos valores identitários presentes nas referências patrimoniais do território brasileiro, visando a inclusão da sua história e cultura e religiosidade nas grades curriculares do ensino brasileiro. Considerando que o território brasileiro caracteriza-se pelos altos índices de afrodescendentes na formação de sua população em geral, acredita-se que um projeto de pesquisa voltado para a preservação do patrimônio e a cultura afro banta brasileira também representa a possibilidade de proporcionar a formação de, a capacitação e a atualização de professores da rede pública de ensino, como implementação da lei 10.639/2003/PR. Escolheu-se como objeto de estudo terreiros bantos de diferentes pontos do Brasil. A justificativa é que apesar dos bantos terem sido os primeiros escravos aqui introduzidos, e espalhados por todo território brasileiro, (do século XVI ao XIX), praticamente, nada, sabe-se sobre o seu papel na formação do Brasil e na construção da nossa língua. Utilizou-se a pesquisa de campo baseada em visitas a terreiros, bem como, entrevistas com sacerdotes, devidamente autorizadas pelos mesmos, sendo eles: *o Tata Katuwanjesi* (Walmir Damasceno), presidente do ILABANTU – Instituto Latino Americano de Tradições Afro-Bantu, em Itapecerica da Serra-SP. *Tata Kassulupongo* (Moisés Queirós), dirigente da Casa do *Benguê ria Lembaranganga*, em Extremóz – RN, *Mam’etu Nangakovi* (Risoleta de Oliveira), do Terreiro de *Matamba*, em São João de Meriti - RJ, entre outros. A revisão bibliográfica ficou por conta dos referenciais teóricos ofertados por autores presentes ao longo do texto. Confirmou-se então, a importância desse povo, na construção da nossa língua e na formação da nação brasileira. Com os resultados obtidos e o interesse acadêmico, espera-se alcançar em breve, a inclusão e visibilidade desejadas, bem como ter, também, registrado nos anais da história o Candomblé de Tradição Banto, como religião afro-brasileira.

¹ Mestrando em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas – FEBF/UERJ. Especialista pela Universidade Cândido Mendes - UCAM em: História e Cultura Afro brasileira (com Aperfeiçoamento e Extensão), Ensino de História, Ciências da Religião, Ensino de Artes Técnicas e Procedimentos, Ensino da Língua Espanhola, e Gestão Escolar Administração e Supervisão. Graduado em História pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. Graduado em Artes pelo Instituto Universitário CLARETIANO. Extensão Universitária em “O Povo Bantu”/UERJ. Presidente e Sacerdote vitalício da Confederação Nacional dos Candomblés de Angola e dos Costumes e Tradições Bantu no Brasil-CNCACTBB e da Casa Raiz do Benguê Ngola Djanga ria Matamba-CRBNDM. Email: anangue@gmail.com.br Blog: www.tataanangue.blogspot.com

Palavras-chave: História e cultura bantas. Religião. Inclusão. Informação. Visibilidade.

Abstract: The main objective of this work is, through Candomblé Banto, to identify, catalog and inventory the Brazilian Afro-Brazilian cultural heritage in a way that is possible to establish a dialogue aimed at the dissemination and preservation of the identity values present in the patrimonial references of the Brazilian territory, aiming to inclusion of its history and culture and religiosity in the curricula of Brazilian education. Considering that the Brazilian territory is characterized by the high rates of Afro-descendants in the formation of its population in general, it is believed that a research project aimed at the preservation of Brazilian Afro-Brazilian heritage and culture also represents the possibility of providing the formation of , training and updating teachers of the public school system, as implementation of law 10.639 / 2003 / PR Bant terreiros of different points in Brazil were chosen as object of study. The justification is that although the Bantu were the first slaves introduced here, and scattered throughout the Brazilian territory (from the sixteenth to the nineteenth century), practically nothing is known about their role in the formation of Brazil and the construction of our language. Field research based on visits to terreiros, as well as interviews with priests duly authorized by them, were: Tata Katuwanjesi (Walmir Damasceno), president of ILABANTU - Latin American Institute of Afro-Bantu Traditions, in Itapeverica da Serra-SP. Tata Kassulupongo (Moisés Queirós), leader of the House of Benguê ria Lembaranganga, in Extremóz - RN, Mam'etu Nangakovi (Risoleta de Oliveira), Terreiro de Matamba, em João de Meriti - RJ, among others. The bibliographic review was based on the theoretical references offered by authors present throughout the text. It was then confirmed the importance of this people in the construction of our language and the formation of the Brazilian nation. With the results obtained and the academic interest, it is hoped to reach the desired inclusion and visibility soon, as well as to have also recorded, in the annals of the history, the Candomblé de Banto Tradition, as an Afro-Brazilian religion.

keywords: History and culture bantas. Religião. Inclusion Informação. Visibility

Introdução

A finalidade deste trabalho é, através do Candomblé Banto, identificar, catalogar e inventariar o patrimônio cultural do povo afro banto, de forma que seja possível estabelecer o diálogo voltado para a difusão e a preservação dos valores identitários presentes nas referências patrimoniais do território brasileiro. Visa, ainda, a inclusão da sua história e cultura e religiosidade nas grades curriculares do ensino brasileiro. Considerando que o território brasileiro caracteriza-se pelos altos índices de afrodescendentes na formação de sua população em geral, acredita-se que um projeto de pesquisa voltado para a preservação do patrimônio e a cultura afro banta brasileira também representa a possibilidade de proporcionar a formação de, a capacitação e a atualização de professores da rede pública de ensino, como implementação da lei 10.639/2003/PR, que obriga o ensino da história e cultura do negro na África e no Brasil, no ensino fundamental e médio é dar visibilidade a história do povo banto, pelo seu papel na formação do Brasil e, na construção da nossa língua. Sabe-se também, que um dos meios para conhecer-se uma sociedade é através da sua religião.

Portanto, nada mais justo que a utilização do Candomblé de Tradição Banta, oriundo dos Calundus, como veículo para esse estudo. Tal escolha prende-se ao fato de que o Candomblé Banto caracteriza-se como uma das principais formas de resistência desse povo, até a presente data (MOTT, 1997).

Antes, porém, faz-se necessário explicar o motivo dessa invisibilidade em relação a sua história e religião. Quando foram iniciados os primeiros estudos sobre os africanos no Brasil, o precursor Nina Rodrigues rotulou o negro de origem banta, que aqui já encontrava-se, desde o século XVI, como inferior aos negros Jêjes/Nagôs, aqui introduzidos posteriormente. Daí o interesse dos seus discípulos, como Arthur Ramos, por exemplo, voltou-se para esses últimos, a quem Nina Rodrigues referia-se como sudaneses. Todavia, mesmo sendo seguidor de Nina Rodrigues, em sua obra “O Negro brasileiro”, Ramos cita:

[...] tal foi a influência dos sudaneses na Bahia, pelo número e pela maior riqueza dos seus elementos míticos, originando uma espécie de religião geral jêje-nagô, que o próprio Nina Rodrigues teve as suas vistas desviadas de qualquer outro tema negro religioso que não fosse jêje-nagô, muito embora tivessem entrado também negros bantus, principalmente, angolenses na Bahia. E depois na sua obra de conjunto sobre a raça negra na América portuguesa, apenas registrou crenças totêmicas e folclore de procedência bantu, deixando de identificar, o que é inconcebível para a cultura do grande mestre, uma cerimônia especial, a cabula que lhe foi descrita por D. João Corrêa Nery e que evidentemente é de origem bantu-angolense. (RAMOS, 1934, p. 76).

Mediante o posicionamento desses primeiros estudiosos em relação a cultura e religiosidade bantas buscou-se trazer, também, para o diálogo autores de diferentes opiniões, que mesmo algumas vezes de maneira implícita em seus referenciais teóricos, saem em defesa dos bantos. Então, para direcionar este trabalho elencou-se três pontos primordiais da discussão:

- Provar a participação do povo banto na formação do Brasil mediante a ordem cronológica de chegada já que segundo Prandi (2005), os bantos foram os primeiros negros a serem introduzidos no Brasil para o trabalho escravo, do século XVI ao XIX. Cabe frisar, que outrora esses vocábulos da língua quimbundo foram traduzidos para o Português, pelos missionários capuchinhos e jesuítas de *Ambaka* durante a colonização europeia, na região centro ocidental do continente africano. Logo, muitos negros bantos dessa nação, já chegaram aqui escrevendo e falando fluentemente o português. (PRANDI, 2005, p. 1).

- Motivos levam o adepto evadir-se para os Candomblés de Jêje e de Nagô, contribuindo com o apagamento do candomblé banto e, por conseguinte da própria cultura banta no Brasil. Um dos motivos que conduz a essa debandada é a complexidade do Candomblé Banto. Além disso, os segredos detidos pelos “mais velhos”, que pouco ou quase nada passam para os “mais novos”. Melhor dizendo, a desinformação torna-se um desses motivos.
- Providências urgentes devem ser tomadas no sentido de desconstruir determinados conceitos e afastar definitivamente o fantasma da extinção do Candomblé e Cultura de Tradição Banta. Defende-se o acesso à informação sobre o Candomblé Banto e suas interfaces, mediante o estudo de apostilas e livros especializados, participações, quando permitidas, antes da pessoa ser iniciada, dando-lhe dessa forma a livre escolha de desistir ou continuar.

Por isso, concorda-se com Adolfo quando ele orienta:

[...] a solução encontrada é se valer da literatura especializada, pouco conhecida, e menos ainda consultada – depositada nas bibliotecas públicas distribuídas pelo país, sobretudo a Biblioteca da Universidade de São Paulo e o Gabinete de Leitura, no Rio de Janeiro. Essa bibliografia, nem sempre é lida com o cuidado necessário. Tratam-se de obras escritas durante o período colonial, com intenção nem sempre louvável e, sobre povos dentre os quais alguns não foram trazidos para o Brasil e, portanto, sua contribuição na formação do candomblé de Angola é bastante questionável. (ADOLFO, 2010, p. 48. 49).

No desejo de atingir os objetivos propostos, buscou-se construir o produto final deste artigo com o resultado das pesquisas de campo baseadas nas visitas aos terreiros e entrevistas com sacerdotes e sacerdotisas do Candomblé Banto citados anteriormente. A revisão bibliográfica, deu-se por conta da contribuição dos presentes ao longo do texto.

Desenvolvimento

Graças as pistas, desde o início da colonização, até os dias atuais, podem-se detectar a presença do negro banto participando ativamente da formação da nossa nação e construção da nossa língua. Vieram para trabalhar nas lavouras de cana de açúcar, café e algodão, símbolos econômicos do Brasil, naquela época. Os outros de 100 a 200 depois, com a descoberta do ouro em Minas Gerais. As evidências são claras: na tecnologia agrícola, na linguística, nos hábitos, no folclore e musicalidade, na culinária, até mesmo, na medicina caseira, através das folhas sagradas (*nzaba nzambiri*).

ABACATEIRO – s.m – Planta laurácea (*Persea americana*) usada pelos escravos como curativa. O chá de suas folhas, além de afrodisíaco, combate a dor reumática e a gota.

ABACAXI – s.m – Planta bromeliácea (*Ananas sativus*) que os escravos empregavam como expectorante e digestivo. (SCISÍNIO, 1997, p. 9).

Os estudiosos atuais baseiam-se nos três tipos de candomblé aqui existentes, (Banto, Jêje e Nagô), para atestarem a introdução cronológica de três vertentes negras introduzidas no Brasil. Segundo Prandi (2005, p.1) “Os bantos chegaram no século XVI, são povos da África Meridional que falam setecentas e duas mil línguas e dialetos aparentados. Os *Fon* ou *Ewe* (Gêges) no século XVII e os *Nagôs* (iorubás) no século XVIII”.

A religiosidade banta marca a sua presença desde os Calundus que deram origem ao Candomblé de Tradição Banta. Portanto, deduz-se que os bantos não poderiam ter esperado pelos jêjes chegados praticamente, cem anos depois, para se organizarem religiosamente. Na verdade, o que pode ter acontecido, é que temendo os rigores da escravidão impostos pela Igreja Católica, os bantos cultuavam suas divindades secretamente.

Reunidos à noite na senzala, os bantos colocavam, estrategicamente, sobre uma mesa forrada até os pés com um pano, as imagens de santos católicos. Embaixo desta, escondidos pela toalha estavam os “assentamentos”, ou seja, utensílios de barro (*mavu*), dentro dos quais depositavam pedras sagradas, búzios, moedas e outros artefatos, ou ainda, vultos em barro com formas: antropomórficas, zoomórficas e ou antropozoomórficas, representando as suas divindades bantas. Daí então, a problematização a ser posteriormente discutida, quanto ao surgimento do sincretismo, até então, atribuído aos sudaneses chegados quase trezentos anos depois, comparando os orixás com a os santos da igreja católica. Os bantos, já buscavam

nessas imagens alguma coincidência com suas divindades: os, *Akisi* (pl. de *Mukisi*), conhecidas no Jêje como *Vodun*, antes de colocá-los sobre o altar improvisado. Tudo isso, para disfarçar qualquer expressão contrária aos padrões da Igreja Católica, pois a punição era severa, repleta de castigos físicos que geralmente levava o infrator a morte. Tais estratégias de culto eram taxadas como, feitiçaria ou forma de resistência ao regime escravocrata.

Segundo Mott:

Apesar de a hierarquia católica ter se oposto rigorosamente, desde os tempos apostólicos, a todas as religiões não cristãs, rebaixando as a condição de idolatria, superstição e feitiçaria, na prática muitas vezes, outra era a realidade, sobretudo abaixo do equador. (MOTT, 1997, p. 192).

Mas isso é só o começo para aquele professor ou aluno que dedique-se ao estudo sobre a religião e a cultura banta no Brasil e na África. É um tema que proporciona recortes dos mais relevantes possíveis. É tão abrangente e rico cientificamente, que consegue problematizar, aqueles autores que no início do estudo sobre o negro, negaram a sua riqueza cultural e a sua concepção de cosmogonia. O que proporciona essa enorme condição de discutir, investigar, questionar e formular hipóteses é a existência dessa lacuna de mais de 400 anos sobre o papel preponderante dos bantos na construção do Brasil. Vale lembrar que o lapso temporal entre essas três vertentes negras e suas respectivas religiões (os candomblés), quando devidamente pesquisado dá uma nova conotação a nossa história.

Em relação a nossa língua, o que falta é a conscientização de que as palavras africanas que fazem parte dessa construção são oriundas do *Kimbundu* e do *Kicongo*, línguas bantas faladas em Angola. Como exemplo cita-se: banda; bagunça; barafunda; marimbondo; maxixe; quiabo; jiló; butuca; canjica; quitanda; senzala; dendê (LOPES, 2003).

Além delas, somente o tupi guarani e o português. Em momento algum detectou-se alguma palavra de origem sudanesa nesse processo de construção. Fator compreensível, porque chegaram a partir de 100 anos depois da “casa arrumada”. Coincidência, ou não, Gilberto Freyre em “Casa Grande e Senzala”, cita de modo implícito a presença do negro banto, escrevendo palavras como, *mazombo*, *dendê*, *quiabo*, da língua *Kimbundu*, que fazem parte da *Kulambella* (cozinha sagrada dos *Akisi*, divindades bantas).

Para ele:

Um traço importante de infiltração de cultura negra na economia e na vida doméstica do brasileiro resta-nos acentuar: a culinária. O escravo africano dominou a cozinha colonial, enriquecendo-a de uma variedade de sabores novos. “da áspera cozinha do caboclo, escreve Luiz Edmundo, ao passarmos a cozinha laudável do mazombo veremos que ela nada mais era que uma assimilação da do reinol, sujeita apenas às contingências ambientes”. Palavras injustas em que, vem esquecida como sempre, a influência do negro sobre a vida e a cultura do brasileiro. No regime alimentar brasileiro, a contribuição africana afirmou-se principalmente pela introdução do azeite de dendê e da pimenta malagueta, tão característicos da cozinha baiana; pela introdução do quiabo; pelo maior uso da banana; pela grande variedade na maneira de preparar a galinha e o peixe. (FREYRE, 2006, p. 541, 542).

Quanto aos motivos que levam o adepto do Candomblé de Tradição Banta mudar de religião, pode-se começar pela negação da informação. A oralidade dos mais velhos quase nada transmite aos seus adeptos que, por esse motivo não saem do estágio de iniciantes. Muitas vezes, já antigos na casa, passam por determinadas obrigações temporais, recebem cargo pelo tempo de iniciação, mas não sabem o que fazer. Com os pesquisadores, não é diferente, pouco passa-se para esses acadêmicos ávidos de conhecimentos orais, para promover mudanças de estrutura ou forma.

Concorda-se com Adolfo quando este afirma:

Não há consenso sobre o que procurar e, se encontrado, o que fazer com o achado? Há sempre uma séria desconfiança que uma nova cantiga, uma tradução, ou a história de uma divindade *Inkice* seja invencionice de alguém ou que a busca tenha sido feita de forma espúria e, portanto, não legitimada pelo grupo. Quando um desses grupos (raízes baianas do Candomblé Banto) descobre alguma coisa, guarda a sete chaves, como um troféu. Há casos até de registro em cartório, para garantir o direito de posse. O que é bastante lamentável, pois causa o retrocesso ou a extinção da própria nação. (ADOLFO, 2010, p. 43).

Com relação as descobertas, principalmente, o uso da máscara (mukange) o Tata Katuwanjesi do ILABANTU em Itapecerica da Serra-SP explica: Trata-se de uma característica da tradição banta. Diferentemente da tradição iorubá, não se enfatiza a natureza

da divindade em sua relação humana. Na tradição Iorubá, a divindade, certa vez, em seus mitos de origem, tomaram forma humana e quando manifestam-se em seus filhos gostam de identificarem-se com as mesmas coisas que são descritas pelos seus comportamentos quando estiveram aqui no mundo humano. E continua: Já na tradição banta, as forças espirituais dos Akisi (plural de Mukisi) permanece sempre no mundo abstrato do sagrado, de forma que quando o iniciado manifesta seu santo e lhe é colocada a máscara apesar de estar manifestando no plano humano a força de uma divindade, ele se despersionaliza pela máscara demonstrando que não é ele quem dança, quem se movimenta, ou se comunica, mas a divindade espiritual que através de sua cabeça pode vir ao mundo da relatividade. Daí então, o Tata Kassulupongo do Rio Grande do Norte pergunta ao Tata Katuwanjesi: Então, o que é mais compreensível e adequado, paramentar o mukisi com um adê (coroa) e/ou um capacete de São Jorge, já caracterizando a tradição nagô, ou então, paramentá-lo com sua indumentária e insígnia que pode ser o mukange (máscara), lança? Continua: Prefiro a máscara africana ao capacete de Jorge.

Ao indagar a *Mam'etu Nangakovi*, qual a sua posição em relação à atual reafirmação do Candomblé Banto, está esbanjando saúde e lucidez, em seus quase noventa anos reclamando apenas, de um esporão na sola do pé esquerdo, dá um banho de sabedoria ao dizer. O Candomblé Banto é igual a um novelo de lã, quando mais se puxa a ponta, mais lã aparece. Conclui dizendo: Já passou da hora de deixarmos de usar o que não é nosso precisamos mostrar quais e como são as nossas divindades nas nações de candomblé banto, inclusive, o uso das *mikange* (plural de *mukange* = máscara).

Chega-se à conclusão que não pode-se mais continuar a orixalizar e nagotizar os *Akisi*, alimentando mentiras e desculpas insanáveis, principalmente para aqueles que são iniciados ainda criança e crescem pensando que candomblé é tudo a mesma coisa. Até porque essa é uma discussão atual e importantíssima que representa uma das grandes diferenças entre o candomblé banto e o candomblé de origem Jêje/Nagô.

O jovem de hoje não aceita respostas evasivas, e nem proibições sem explicações. Antigamente, dizia-se a um noviço de preceito ou resguardo que ele não poderia subir escada; sentar em cadeiras em casa, nos terreiros e nas conduções; não poderia alimentar-se com determinadas comidas; só comer com a mão esquerda e etc. E esse aceitava passivamente,

sem questionar o porquê. Hoje, não funciona mais assim. O avanço tecnológico faz com que o jovem que indaga, já tenha em sua mente a sua própria resposta, o computador e a internet lhe respondem o que ele vai perguntar ao seu sacerdote apenas para confirmação, ou até mesmo testá-lo. Se não houver resposta, ou esta não for convincente, é lógico que ele procure outra casa da mesma nação, ou até mesmo de nações diferentes.

A grande oportunidade com relação as providências urgentes a serem tomadas quanto a desconstrução de determinados conceitos negativos e afastamento definitivo o fantasma da extinção do Candomblé e Cultura de Tradição Banto é através da Educação. O respaldo está na Lei. 10.639/2003/PR, que obriga o ensino da história e cultura do negro, na África e no Brasil, no ensino fundamental e médio. Daí, sendo a África um continente, logicamente também é formada por diversos países centro-ocidentais de línguas bantas e suas respectivas culturas, como Angola, os Congos, Moçambique entre outros. Assim sendo estão incluídos, por direito e razão, na referida lei. Por isso, devido ao papel preponderante dos bantos na construção da nossa nação e formação do nosso idioma, nada mais justo que lutar pela sua inclusão e visibilidade usando como estratégia a sua religiosidade, que até hoje sustenta-se como um poderoso meio de resistência.

Após muitas tentativas para aproximar-se do Governo, em 2008, uma comitiva de pais e mães de santo do Candomblé Banto, representando os estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro foram recebidos em audiência oficial, pelo então Ministro da SEPPIR – Secretaria Especial de Promoções Políticas Públicas para a Igualdade Racial, Sr. Edson Santos, tornando-se este o precursor da abertura oficial para a luta pela visibilidade do Candomblé Banto e, por conseguinte, seu povo e sua cultura. Encarando muitas barreiras de ordem política, finalmente, em 2010, o Ministro Edson conseguiu aprovar o convênio de nº. 719027/2009-SEPPIR-PR/CRBNMD-Casa Raiz do Benguê Ngola Djanga ria Matamba, patrocinando o I Seminário Nacional dos Angoleiros do Brasil, com duração de 3 dias e 100 participantes representantes das 5 regiões do Brasil. De lá para cá, muitos desdobramentos têm acontecido em prol dessa luta árdua, para trazer à tona, a história, cultura e religiosidade de um povo cuja a participação na construção do Brasil e na formação da nossa língua tem sido negada há quase 500 anos.

A primeira conquista foi a realização do I Seminário Nacional dos Angoleiros, supracitado, cuja finalidade foi reunir representantes do Candomblé Banto do Brasil para decidirem em plenária, a criação do órgão de cúpula dos angoleiros do Brasil, para regulamentar eticamente, caminhos a serem seguidos dali em diante pelos angoleiros. Outra vitória, teve início através do ofício nº 002/08/2011 da Confederação Nacional dos Candomblés de Angola e dos Costumes e Tradições Banto no Brasil - CNCACTBB, que solicitou o apoio da Presidência da República do Brasil, na luta pela inclusão da história do povo banto, na História do negro na África e no Brasil, no ensino fundamental e médio, com base na lei 10.639/2003/PR. Então, o Gabinete Pessoal da Presidência da República COR/GP/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, através do nº. 1272/2011 de 08/09/2011, encaminhou o mesmo para o MEC – Ministério da Educação, para análise e tomar as devidas providências (ver anexo A). Então, pelo ofício 2962/22011/DPECAD/SECADI/MEC. O MEC-Ministério de Educação respondeu a CNCACTBB, que considerou relevante a solicitação proposta prometendo apresentar a temática aos Fóruns de Diversidade Étnico-Racial, para avaliação e orientação aos sistemas de ensino, (ver anexo B). Fato esse, que de certa forma, abriu o diálogo para iniciar, oficialmente, uma discussão sobre a temática, quanto a inclusão no ensino brasileiro, a História do Negro Banto na África e no Brasil. Um exemplo recente de desdobramento da lei 10.639/2003/PR foi o avanço em parcerias com a universidade foi a realização do seminário “A universidade vai ao Terreiro” nos dias 31/09 a 01/10/2017, onde aconteceu o encontro da tradicional oralidade banta com os intelectuais pesquisadores, através de uma roda de conversa. A finalidade foi a troca de conhecimentos na fonte orgânica. visando a criação de mecanismos que produzam encaminhamentos, como instrumentalização, capacitação e formação de professores na temática em pauta. como implementação da referida lei.uma A produção foi do LEAFRO – Laboratório de Pesquisas Afro-brasileiras/UFRRJ, comemorando 10 anos de existência, tendo como parceira a CRBNDM – Casa Raiz do *Benguê Ngola Djanga ria Matamba*. Local onde foi realizado o referido evento.

Considerações finais

Mediante os fatos expostos concluiu-se que a pesquisa, a informação e o diálogo foram peças fundamentais, para alcançar os objetivos citados. Começando pela aproximação com o Governo, e pela busca do respeito às diversidades fora e dentro do próprio candomblé Banto, até porque o preconceito externo é bem menor do que o existente entre os próprios angoleiros.

Aprendeu-se a dividir as descobertas dialogando com as outras raízes bantas. Permitiu-se a abertura das portas de alguns templos para os pesquisadores acadêmicos cujo trabalho de pesquisa foi e é fundamental para o resgate da identidade do Candomblé Banto. Fez-se de algumas universidades e terreiros bantos uma via de mão dupla.

Hoje começa-se a estudar uma adequação significativa na doutrina do Candomblé de Tradição Banto que venha contemplar seus dirigentes, adeptos, simpatizantes e, pesquisadores. Esta abertura torna-se um dos melhores caminhos para dar visibilidade, evitar a evasão, como também, afastar o fantasma da extinção da cultura e religiosidade de um povo que deu tudo de si para o Brasil ser o que é hoje.

Referências

- ADOLFO, Sérgio, Paulo, *Nkisi Tata Dia Nkusu: estudos sobre o candomblé Congo-Angola*. Londrina: Eduel (Editora da Universidade estadual de Londrina), 2010.
- ANGELO, A. *O Povo Bantu, Mitos e deuses africanos de Angola: as influências culturais e religiosas Brasil/Angola*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Sub reitoria de Extensão e Cultura (SR-3), departamento de Extensão, PROEPER, CCS, 2013. Disponível em: <http://www.katende@oi.com.br>. Acesso em 08 mai.2013.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 51ª Ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- LOPES, Ney. *Novo Dicionário Bantu do Brasil*. 1ª. Ed, RJ 2003.
- MOTT, Luiz. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu*. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia de Letras, 1997.
- PRANDI, Reginaldo. *Os Candomblés de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 1991
- RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro*, 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca de Divulgação, setembro de 1934.
- RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 4ª. Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional - 1976.
- SCISÍNEO, Alaôr, Eduardo. *Dicionário da Escravidão*, RJ, Léo Christiano 1ª. Ed. Editorial LTDA - 1997.
- VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.